

# **A nova configuração do mercado de trabalho rural no Nordeste do Brasil: mudanças e perspectivas<sup>1</sup>**

**Christiane Luci Bezerra Alves<sup>2</sup>**  
**Evânio Mascarenhas Paulo<sup>3</sup>**  
**Anderson Alcantara Medeiros<sup>4</sup>**

## **Resumo**

Dadas as forças que atuam no sentido de modernização da cadeia produtiva agrícola, que envolve os processos de mecanização e terceirização da agricultura forçando o aparecimento de uma postura “pluriativa” nos trabalhadores rurais, o estudo tem como propósito discutir questões ligadas às novas relações laborais dos trabalhadores agrícolas dentro da nova configuração da agropecuária e do meio rural. O desenvolvimento de relações de produção na agricultura, voltadas para a ampliação de ganhos de produtividade e eficiência, induzem mudanças estruturais bruscas e irreversíveis nas relações de trabalho rural. O adensamento das trocas econômicas entre residentes no campo e nas cidades, resultando em uma “aproximação” dos indivíduos nesse meio, acaba se constituindo em um dos principais mecanismos indutores do crescimento da oferta de trabalho rural para setores não agrícolas. Com isso, o novo paradigma da agricultura envolve um elemento fundamentalmente importante: as “migrações setoriais”, redefinindo a percepção acerca do meio rural. Isso por que o mesmo deixou de ser sinônimo de agrícola, e vem esboçando uma configuração completamente diferente da tradicional.

Palavras - chaves: Trabalho Agrícola; Trabalho Não Agrícola; Meio Rural.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-Americana de População, Montevidéu, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

<sup>2</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); chrisluci@gmail.com

<sup>3</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); evanio\_paulo@hotmail.com

<sup>4</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); valeriapinheiro@hotmail.com

## **A nova configuração do mercado de trabalho rural no Nordeste do Brasil: mudanças e perspectivas<sup>5</sup>**

**Christiane Luci Bezerra Alves<sup>6</sup>**  
**Evânio Mascarenhas Paulo<sup>7</sup>**  
**Anderson Alcantara Medeiros<sup>8</sup>**

As últimas décadas do século XX foram marcadas, do ponto de vista regional, pela redefinição do padrão de intervencionismo estatal e por reorientação nas estratégias de desenvolvimento regional, agora ditadas por iniciativas locais de integração e competitividade.

Nos anos 1980, a crise fiscal experimentada pela economia brasileira impossibilita a manutenção do modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, característico do modelo de substituição de importações, o que se reflete na interrupção do processo em curso de desconcentração regional. O esvaziamento de políticas setoriais e de cunho regional e o esforço exportador imposto pelo desequilíbrio das contas externas, na década de 1980, limitam as possibilidades de integração do Nordeste à uma economia mundial globalizada e com novos padrões de acumulação e competitividade.

Nos anos 1990, a implementação de políticas econômicas ditadas pela estabilidade macroeconômica e pelo novo padrão de inserção internacional, orientados pela lógica neoliberal, impõe novos desafios a regiões periféricas, as quais padecem pela manutenção de estruturas produtivas frágeis e pouco competitivas, deficiências de infra-estrutura, baixa qualificação da mão-de-obra e atraso tecnológico.

Desta forma, dadas as alterações sistêmicas institucionais e estruturais, na economia brasileira e mundial, a questão regional assume novas dimensões, onde se identifica uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de “ilhas de produtividade”, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias, conforme evidencia Pacheco (1999).

A ausência de políticas regionais pró-ativas, em âmbito federal, é sentida nas tímidas iniciativas que privilegiam apenas os vales úmidos da fruticultura, o litoral do turismo e o

---

<sup>5</sup> Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-Americana de População, Montevideu, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

<sup>6</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); chrisluci@gmail.com

<sup>7</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); evanio\_paulo@hotmail.com

<sup>8</sup> Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA); valeriapinheiro@hotmail.com

oeste graneleiro. O Nordeste, nesse cenário, potencializa atividades para os quais demonstra vantagens competitivas locais, como fruticultura irrigada, turismo, piscicultura, além da modernização dos setores tradicionais, estes duramente atingidos pela desregulamentação da economia, abertura comercial, sobrevalorização cambial e elevadas taxas de juros.

Adicionalmente, dadas suas características estruturais, que limitam as possibilidades de atração voluntária de capitais, o Nordeste se integra aos ajustes experimentados pela estrutura produtiva nacional a partir de iniciativas locais de desenvolvimento, baseadas na concessão de incentivos fiscais e financeiros, caracterizando a “guerra fiscal” entre os estados federativos. A manutenção dessa política é responsável pela transferência de investimentos produtivos do Sul-Sudeste, em busca de vantagens e apoio institucional, como incentivos governamentais, baixo custo da mão-de-obra, redução de custos de transporte em alguns casos, entre outros.

Nesse cenário, áreas produtivas, “manchas férteis” presentes na região semi-árida nordestina, integram-se aos interesses hegemônicos do agronegócio, incorporadas a um novo circuito produtivo de empresas nacionais e estrangeiras, determinando um novo papel na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2006), onde o desenvolvimento da fruticultura irrigada passa a ser um dos pilares das estratégias governamentais voltadas para a região Nordeste. Apesar das históricas adversidades climáticas da região, um conjunto de elementos condicionam a mesma como espaço de materialização da agricultura científica e do agronegócio globalizado: condições naturais favoráveis à fruticultura, com a presença de solos diversificados e férteis, baixa umidade relativa do ar e luminosidade acentuada; políticas de irrigação; intervenção pública na criação de infra-estrutura, com melhorias nos sistemas viários e de escoamento da produção e incentivos fiscais e financeiros, fundamentais para atração de investimentos externos.

O processo de alterações sistêmicas no meio rural brasileiro, iniciado na década de 1970, com a “modernização conservadora” do espaço agrícola e materializado na consolidação dos complexos agroindustriais (CAI’s), nas duas décadas seguintes, impôs novas configurações na estrutura do setor primário, determinando uma nova lógica de acumulação capitalista do campo, que envolve redefinição dos padrões de organização socioespacial, transformação nas tradicionais estruturas agrárias, amplas alterações nas relações campo-cidade e na divisão territorial do trabalho.

As macrotransformações do espaço rural são sentidas, portanto, a partir do aumento da complexidade da interação de atividades agrícolas, industriais e de serviços e os espaços rurais passam a acomodar uma diversidade de atividades não agrícolas. Vale ressaltar que no

espaço onde é hegemônica a oligopolização do espaço agrícola, como enfatiza Moreira (2003), a pequena produção rural persiste, sendo “recriada” através de novas articulações com as atividades industriais.

O Nordeste, ao mesmo tempo que mantém grande parte de sua economia atrelada a práticas tradicionais de produção e gestão da força de trabalho, também insere-se no recente modelo de base econômica nacional. Nessa multiplicidade de experiências, a região assume seu papel na nova organização espacial de produção capitalista no Brasil.

Dada a magnitudes das transformações recentes, este trabalho se propõe a lançar reflexões sobre as características do trabalho agrícola e sobre os padrões da pluriatividade presentes nos espaços rurais do Nordeste brasileiro.

## **2 AS “NOVAS RURALIDADES” E AS DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS**

Nos últimos 30 anos houve uma profunda mudança no meio rural brasileiro. As alterações envolvem o aumento da produção, deslocamento espacial e ampliação de determinadas culturas e crescimento da produtividade. No entanto, é o aumento das atividades não-agrícolas entre os trabalhadores de domicílios rurais que mais chama a atenção dos pesquisadores, devido aos elementos incorporados nessa mudança que dão novos significados às relações campo-cidade.

Um leque de teóricos tem promovido esforços na tentativa de desfazer essa segmentação entre o campo e a cidade, com o argumento de que as necessidades hoje impostas em termos de desenvolvimento humano não têm sido alcançadas pelos projetos concebidos a partir dessa dicotomia, como mostram Cordeiro Neto e Alves (2009). Tais autores recorrem a elementos do mercado de trabalho para explicar tal necessidade, visto que o mesmo se tornou uma espécie de espelho das transformações que ocorreram no meio rural, a partir da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão de obra, sobre a perspectiva de redução dos custos e aumento da produtividade.

Seguindo os ciclos de transformações da agricultura, chega-se a diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise além da ótica da produtividade aponta que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização

tecnológica foi mais intensa, não consegue sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER; NAVARRO, 2006, p. 1).

Desse modo, e considerado o fato das ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos e do aumento de ocupações não agrícolas, até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de uma urbanização para além dos limites das cidades. Monte-Mór (2006, apud CORDEIRO NETO, ALVES, 2009 p. 328) defende

[...] a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria “uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social”.

Nos últimos anos, orientada por políticas de expansão, a agricultura brasileira vem esboçando um contínuo processo de transformação de seu panorama. Essas mudanças envolvem a redimensão e redefinição do papel da agricultura na economia brasileira. É notável que a agenda de transformações envolva, certamente, a ação modernizadora do processo produtivo na cadeia agrícola, conferindo-a um caráter mais individualizado e mais consonante com a lógica de acumulação capitalista, possibilitando uma maior integração da unidade produtiva primária às redes de produção agrícolas e não agrícolas. Isso leva ao avanço de novas atividades no interior da própria agropecuária. Esse processo está ligado ao desenvolvimento de uma condição “pluriativa” nas atividades desse setor, com o surgimento dos chamados “agronegócios”.

O comportamento do mercado de trabalho, subordinado às lógicas das relações de produção, passa a ser ditado pelo movimento dos fenômenos que afetam o paradigma agrícola, traduzindo-se em uma elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias.

A respeito disso, Silva (1998) disserta que em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem no mercado de trabalho agrícola: i) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva; ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Silva (1998) afirma que a diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias.

Desse modo, no primeiro caso, os indivíduos liberados pelo processo de modernização/mecanização da produção mantêm sua estrutura domiciliar ligada ao meio rural, mas deslocam sua força de trabalho para atividades não necessariamente agrícolas, ampliando e consolidando uma categoria de indivíduos rurais que exerce atividades não agrícolas. A forma de inserção desse trabalhador no mercado de trabalho não agrícola, em muitos casos, se dá de forma precária, devido às mais frágeis condições de qualificação dessa mão de obra. No entanto, isso não significa o rebaixamento do padrão de qualidade das ocupações em relação ao trabalho na agricultura, pois a estrutura produtiva agrícola anterior ao processo de modernização, envolve indícios de precarização muito mais intensos, quando comparado aos setores não agrícolas.

Nesse sentido, as conclusões de Balsadi e Silva (2008, p.2) ganham relevância ao mostrar que “os movimentos gerais da agricultura tiveram como resultado o aumento das discrepâncias na qualidade do emprego agrícola entre as diferentes categorias de empregados, reforçando uma tendência de polarização dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola”.

No segundo caso, os trabalhadores que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas (devido ao surgimento de tempo ocioso decorrente de processos como a mecanização e a terceirização no campo), vieram a ser conhecidos como “pluriativos”, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades tornam-se “agricultores em tempo parcial”, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos.

A expansão da lógica de produção capitalista no universo rural contribui também para a consolidação e crescimento de categorias de indivíduos com características bastante incomuns para o meio onde tais grupos se encontram. Observa-se o aumento dos trabalhadores rurais que vêm nas atividades não agrícolas não apenas uma forma de obtenção de renda, mas uma nova chance de entrada no mercado de trabalho, devido à pequena possibilidade de sua reinserção na agricultura, decorrente do processo de modernização tecnológica que essa vem atravessando. Adicionalmente, outros grupos emergem e se ampliam, em decorrência das transformações nas atividades primárias e no espaço rural de modo mais geral. Esse é o caso de trabalhadores residentes no meio urbano que têm suas

atividades relacionadas à agropecuária. A esse respeito é fundamental considerar o processo de terceirização de atividades<sup>9</sup>. Nesse sentido, as necessidades que antes faziam parte do dia a dia dos estabelecimentos rurais, agora estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas nessas atividades, em sua maioria sediada em áreas urbanas.

Desse modo, um dos componentes notáveis no mercado de trabalho agrícola dentro contexto do “novo rural”, seria o crescimento acentuado da mão de obra pluriativa, com trabalhadores exercendo atividades agrícolas e não agrícolas e domiciliados em espaços, até então, pouco promissores para o desenvolvimento de determinadas funções, como é o caso do trabalho agrícola no ambiente urbano e do trabalho não agrícola no ambiente rural.

Para Schneider e Navarro (2006), as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez, até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Essa nova e inusitada configuração do espaço rural, onde cresce o número de pessoas morando no campo, mas exercendo atividades que antes eram sinônimos de urbano, tem reflexos diretos sobre várias características dos trabalhadores rurais como sua remuneração, escolaridade, dentre outras e, são estimuladas por dinâmicas diversas que influenciam diretamente os padrões de comportamento dos residentes rurais e urbanos, no sentido de modificar as formas como esses agentes se relacionam com o campo econômico e o meio onde vivem.

O grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos, principalmente a partir da década de 1990, deveu-se, por um lado, à própria queda no nível de emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e por outro lado, pela extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais (KLEIN, 1992, p. 22).

Com isso, parte da dinâmica apresentada pelo emprego rural está ligada ao próprio processo de desenvolvimento econômico, na medida em que os países vão se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular os serviços de educação e de saúde, assim como cresce o emprego público ligado à administração.

Registra-se, nesse caso, que o desenvolvimento em questão está ligado intrinsecamente ao adensamento do tecido produtivo e melhorias sociais no ambiente urbano.

---

<sup>9</sup> Sobre o Processo de terceirização das atividades agropecuárias, ver Laurenti, A.C. (1996).

No meio rural, tem-se um processo de aumento da ociosidade da mão da obra, na medida em que avança a mecanização, modernização e terceirização dos sistemas produtivos, liberando trabalhadores, que vão causar o “inchaço” do exército urbano de reserva. Um grande avanço, em relação ao equacionamento desse cenário, reside no próprio desenvolvimento das características pluriativas dos trabalhadores rurais, que acabaram por encontrar uma nova possibilidade de se reinserir no mercado de trabalho mesmo com o aumento da incapacidade da indústria de absorver os trabalhadores liberados pelo processo de modernização da agricultura.

Outro ponto que merece destaque são os trabalhadores que são aproveitados pela moderna agricultura. Esses conseguem ampliar seu padrão de vida, na medida em que o mercado de trabalho, para essa nova condição da agropecuária, envolve mecanismos bem mais sofisticados em termos de formalização, remuneração e condições de trabalho.

Nota-se que as condições e o estilo de vida urbano ainda representam um importante incentivo nas decisões dos trabalhadores rurais em abandonar o campo e, conseqüentemente a agricultura, para se dedicar às atividades não agrícolas em áreas urbanas, porém, pontua-se que essa dinâmica está se enfraquecendo. O componente mais novo nesse processo, é que os trabalhadores rurais não mais precisam se desligar do seu domicílio rural para fazer isso, pois, o próprio processo de urbanização para além das cidades, mencionado anteriormente, permite que esses grupos de trabalhadores exerçam atividade, antes urbanas, sem contudo, deixar o campo.

Del Grossi (1999) identifica três elementos capazes de explicar esse novo padrão de organização do meio rural: a) com a modernização da agricultura e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho no campo, houve uma redução acentuada da mão de obra ocupada nas atividades agrícolas. Além disso, o próprio responsável pela atividade agropecuária também passou a ter tempo ocioso, aproveitando-o para se dedicar a outras atividades (agrícolas e/ou não-agrícolas) fora da propriedade, em tempo parcial ou naqueles períodos do ano em que as atividades agrícolas na propriedade são menos intensas; b) Os preços dos produtos agrícolas vêm caindo nas últimas três décadas, o que tem obrigado membros das famílias rurais a procurarem atividades alternativas como forma de manterem o nível de renda familiar e c) A oferta crescente de oportunidades de ocupações não agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura, e, portanto, exercem uma atratividade às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

Weller (1997, p. 75-90) identificou em seus estudos sobre o emprego rural em países centroamericanos, cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário:

a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indireta à sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em: i) as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários; a. ii) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários; iii) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos; b) atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural ou urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc); c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominando setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

Um importante fator está implícito nessas dinâmicas que impulsionam a oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, que é o adensamento das relações econômicas entre residentes no campo e na cidade. Com isso, a proximidade, induzida pela aproximação das relações de produção, consumo e distribuição dos bens produzidos nesses meios, acaba por colaborar com a redefinição dos mercados de trabalho urbano e rural, com profundas e irreversíveis alterações em sua estrutura.

Além das dinâmicas identificadas por Weller (1997), outras atuam no processo de integração das estruturas dos mercados de trabalho agrícola e não agrícola, conforme Silva (1998, p. 5):

d) consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias; e) serviços públicos nas zonas rurais. f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc); g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica; h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação.

Essas dinâmicas colocam elementos novos nas relações campo-cidade, ao introduzir no debate, componentes não necessariamente econômicos, como o aumento dos serviços públicos nas áreas rurais. Isso confere uma complexidade ao novo bojo das relações laborais na agricultura que transcendem o campo econômico.

Em relação às dinâmicas que estimulam o crescimento da oferta de trabalho rural para setores não agrícolas, sejam elas sociais ou econômicas, deve ser feita uma importante consideração: em muitos países em desenvolvimento a coexistência de padrões distintos de desenvolvimento tecnológico e produtivo na agricultura é decisiva como determinante de um maior ou menor crescimento das ocupações não agrícolas em áreas rurais. Logo, a existência de um dualismo, com a convivência de uma agricultura desenvolvida com um sistema agrícola arcaico com baixa produtividade e intensivo em mão de obra, tem comportamentos diferentes em relação às novas faces do meio rural. Assim, no primeiro caso, os ninchos criados pela ação de modernização, acabam incentivando o surgimento de outras atividades, não necessariamente agrícolas, condição que não se repete para o segundo caso, tendo em vista que há uma tendência a preservação das ruralidades intrínsecas dessas áreas, muito embora, o desenvolvimento da agricultura capitalista esteja avançando sobre esses espaços.

Com isso, assiste-se recentemente, não ao fim do êxodo rural, que marcou as décadas anteriores, mas sim a sua reformulação, na medida em que há uma significativa redução das migrações diretas do campo para a cidade, e uma ampliação, igualmente significativa, das “migrações setoriais”, do “agrícola” para o “não agrícola”, com uma teia de elementos atuando no sentido de estimular esses movimentos.

Temos, portanto, um arrefecimento dos fatores que incentivam as populações rurais a migrarem para as cidades, o que representa um ponto de inflexão importante nas relações rural-urbano; os diferenciais de rendimento e condições gerais de trabalho entre o setor primário tradicional e os demais setores da economia, estimulam as “migrações setoriais”. A esse respeito Silva (1998, p. 3) afirma que:

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos.

No entanto, não obstante ao processo de integração setorial, que envolve também a integração dos mercados de trabalho rural e urbano, as políticas agrícolas ainda não

consideram o processo de pluriatividade impedindo o acesso dos trabalhadores com essas características às políticas públicas para o setor.

Como via de regra, os governos, principalmente de países em desenvolvimento, não conseguiram captar com a necessária velocidade os novos fenômenos do mercado de trabalho rural, o que limitou às intervenções governamentais, no sentido de preservar e estimular o bom desenvolvimento da pluriatividade da mão de obra rural. Assim, de maneira praticamente espontânea, a despeito da quase completa ausência de política públicas que caminhem nessa direção, o fenômeno da pluriatividade foi ganhando altivez e consolidando sua presença no meio rural.

O processo de urbanização extensiva que avança sobre o mundo rural modifica profundamente sua estrutura, principalmente em termos de emprego, ocupação e produtividade. No entanto, a ruralidade, entendida como a manifestação de identidades sociais e culturais associadas ao meio rural, ainda se mantém. Isso por que a dinâmica apresentada pelo emprego agrícola também se mantém em níveis elevados, respondendo o mesmo por grande parte dos empregos no campo, segundo estudo de Campolina e Silveira (2008), efetivamente no Brasil, 70% dos trabalhadores engajados em atividades agrícolas residem no campo e 73% dos moradores no campo desenvolvem atividades primárias.

Viu-se anteriormente que há mudanças profundas nas relações laborais no meio rural, no entanto, isso não significa o inevitável processo de urbanização do campo. As novas características observadas no seio agropecuário se espalham por diversas áreas, no entanto, são mais intensas apenas em regiões onde o desenvolvimento da moderna agricultura é maior, concluindo-se, portanto, que o processo de urbanização extensiva ainda se encontra restrito ou incompleto.

Isso mostra que o olhar sobre as novas características do campo, não pode ser direcionado exclusivamente para o avanço da urbanização. Com isso, Carneiro (1998, p.59) explicita:

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural.

Outro fator importante é que podemos identificar trocas entre os meios urbano e rural, no sentido de que poderíamos considerar o avanço das características rurais sobre as cidades.

Assim, verificam-se elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como elementos de urbanidade em espaços rurais. Baseados nessa argumentação, pode-se refutar componentes das teses de urbanização/industrialização como um fenômeno inevitável no campo.

Sobre esse olhar, denota-se que o rural não é um resíduo oposto ao urbano, desmitificando a idéia de oposição entre esses meios, abrindo espaço para o desenvolvimento de concepções que os identifica como componentes complementares. As colocações de Locatelli (2004, p.9) ajudam a corroborar com essa noção:

A diferenciação entre espaço rural e urbano é válida para a análise territorial. O que não tem sentido é a oposição campo-cidade. Diante das novas realidades do meio rural, essa oposição perdeu todo o seu conteúdo explicativo. Não se deve considerar um espaço rural, mas sim espaços rurais que se integram paulatinamente com espaços urbanos. Também, não se deve simplesmente elencar as funções do meio rural através de uma classificação de atividades ou de uso do solo, senão torná-las como resultado de um processo de integração, difusão e inter-relação dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural. Assim, as categorias rural e urbano têm que ser consideradas como complementares nas análises territoriais, por se tratar de espaços interdependentes [...]

Destaca-se que a modificação de hábito produzida pelo maior acesso aos bens públicos e contato mais direto com elementos da urbanidade não é suficiente para sustentar que as práticas ou a cultura rural desapareçam em relação às práticas urbanas.

### **3 Resultados e Discussão**

Historicamente, a ocupação territorial do Nordeste respondia, em grande medida, aos ciclos das atividades agroexportadoras desenvolvidas na região. Em geral, essas atividades eram destacadas por suas características de menor produtividade e incorporação tecnológica, que contribuíram para a criação e ampliação de disparidades regionais.

Observa-se que à medida que as atividades exportadoras primárias e suas imbricações perdiam a capacidade de absorção de mão de obra, devido a sua cada vez menor inserção nas grandes redes de comércio nacional e internacional, criam-se, em seu lugar, atividades ligadas à subsistência dos trabalhadores antes envolvidos nas cadeias agroexportadoras, instigando, assim, o “inchaço” de um grupo de trabalhadores desocupados ou subocupados.

Esses elementos contribuíram com a noção de que o trabalho agrícola no Nordeste, visto de uma perspectiva geral, costuma estar ligado a situações de subsistência e subocupações. Assim, um grande contingente de trabalhadores envolvidos em sistemas de

relações laborais precárias, permite a manutenção e a reprodução do grande “reservatório” de mão de obra nacional.

Assiste-se modernamente ao desenvolvimento dos chamados “novos rurais” onde a dinâmica da produção dos agronegócios, prática que congrega as redes de produção agrícolas e não agrícolas, mas que estão ligadas ao universo agropecuário, repercute decisivamente na configuração, qualidade e dinâmica do emprego agrícola no Nordeste.

Os dados da tabela 1 ilustram com se têm dado as dinâmicas do emprego agrícola e não agrícola segundo grupos de moradia. É notável que a dinâmica do emprego no Nordeste centra-se, basicamente, na aceleração das ocupações não agrícolas, não importando o meio em que essas dinâmicas ocorrem. O peso dessa afirmação relaciona-se diretamente com desconfiguração da visão tradicional que concebe o rural como sinônimo de agrícola.

Entre a população ocupada urbana, que cresceu 2,95% entre 2004 e 2008, nota-se uma redução significativa dos ocupados agrícolas (-3,38%), contra uma expansão dos ocupados não agrícolas (3,90%). Isso mostra que os empregos gerados pelas novas formas de integração entre a cidade e campo não são suficiente para compensar a saídas daqueles grupos urbanos envolvidos em sistemas agrícolas precários, não obstante o processo de terceirização que permite a introdução de outras atividades alheias à agricultura no campo, mas sediadas nas cidades.

Tabela 1  
População Ocupada Segundo Condição de Moradia e Atividade – Nordeste

Zona	Pessoas		Taxa crescimento anual (%)
	2004	2008	
<b>URBANA</b>			
Ocupados	15 199 850	17 073 929	2,95
Agricultoras	2 174 506	1 894 984	-3,38
Não Agrícolas	13 025 344	15 178 945	3,90
<b>RURAL</b>			
Ocupados	7 622 475	7 475 331	-0,49
Agricultoras	6 137 616	5 671 523	-1,96
Não Agrícolas	1 484 859	1 803 808	4,98
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>22 822 325</b>	<b>24 549 260</b>	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Entre o total de ocupados rurais nota-se que houve redução (-0,49%) no período, ressaltando que a dinâmica das ocupações rurais no Nordeste ainda enfrenta uma situação de crise, frente à dinâmica das ocupações urbanas. Em termos setoriais, tem-se como elementos de destaque, a expansão das ocupações não agrícolas que no período aumentaram cerca de 5%, em contra partida o emprego agrícola, que ainda mantém uma ampla predominância sobre o emprego não agrícola em termos totais, reduziu-se 1,96%.

Esses números corroboram a noção de urbanização para além dos limites das cidades, que desconfigura e reorganiza a dinâmica dos espaços rurais e urbanos. Isso porque a expansão da oferta de emprego, especialmente industrial, induzida pelas políticas públicas regionais de atração de investimentos, e suas conexões com um novo e dinâmico setor de serviços, ampliam as possibilidades de trabalhadores rurais exercerem atividades em segmentos da economia que antes eram considerados exclusivamente como urbanos. Desse modo, a migração industrial para a região Nordeste, principal receptor de indústrias intensivas em trabalho, bem como a constituição de pólos industriais, reforçando elos de arranjos produtivos locais em diversos segmentos, continua contribuindo para potencializar as transformações no padrão de organização dos espaços urbanos e rurais da região.

Com isso, pode-se destacar duas importantes constatações sobre a organização da dinâmica rural no Nordeste: a) que a expulsão dos trabalhadores rurais do campo em décadas anteriores não significou sua desvinculação das atividades agrícolas, já que, mesmo com uma redução de 3,48%, ainda é alto o número de ocupados agrícolas em domicílios urbanos (1.894.984 em 2008), e b) que o desenvolvimento de novos segmentos da economia no Nordeste absorve mão de obra do campo, sem, no entanto, obrigá-la a migrar para as cidades.

Percebe-se, desse modo, que a uma redução na população ocupada em atividades essencialmente agrícolas, releva o quadro preocupante para a agropecuária no Nordeste, pois, conforme Proni (2010, p. 148), “o processo de modernização tecnológica concentrou-se nas áreas mais capitalizadas do campo brasileiro, sendo assim, as ocupações agrícolas não se modificaram muito nas áreas mais pobres”. Mesmo assim, denota-se uma liberalização de mão de obra rural, colocando a agropecuária como um reservatório de mão de obra.

Desse modo, e considerando as conclusões acerca dos dados da tabela 1, denota-se que os trabalhadores rurais encontraram novas formas de se relacionarem com o ambiente econômico, através de suas ocupações. Isso confere ao campo uma pluriatividade, que conforme as palavras de Schneider e Navarro (2006, p. 103)

Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que essa atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte a atividade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.

Assim, a inclusão da pluriatividade encontra-se ligada diretamente à incorporação de atividades não agrícolas dentro de ambientes que antes eram compreendidos exclusivamente como rurais e agrícolas.

Essa nova e inusitada configuração do espaço rural, onde cresce o número de pessoas morando no campo, mas exercendo atividades que antes eram sinônimos de urbano, têm reflexos diretos sobre várias características dos trabalhadores agrícolas em ambas as condições de moradia. Os dados apresentados a seguir ilustram componentes do mercado que denotam a evolução de alguns indicadores laborais segundo a ótica do “novo rural”.

Destaca-se, a princípio, que o índice de formalização da mão de obra agrícola urbana é bem superior à correspondente agrícola rural, com isso, as condições mais favoráveis de contratação formal no ambiente urbano replica-se, também, para ocupações agrícolas, contribuindo para uma expansão mais acentuada do emprego formal nas áreas urbanas em comparação com as áreas rurais. No entanto, a formalização das relações de trabalho da mão de obra rural tem se expandido, ainda que de forma mais tímida. Esse processo é uma das mais notáveis melhorias identificadas nos últimos anos para as ocupações agrícolas rurais. A maior formalização desse grupo está associada ao fenômeno de crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, pois as ocupações não agrícolas tendem a contratar de maneira mais formalizada, contribuindo para melhorar o nível de seguridade econômica e social dos trabalhadores no ambiente rural. É importante notar que a realidade da formalização das relações contratuais da mão de obra no campo ainda está muito aquém daquelas que seriam consideradas ideais.

Nota-se, também, a alta participação de relações não monetizadas de trabalho agrícolas no ambiente rural, dado que em 2008 o percentual de ocupações agrícolas rurais não remuneradas era de 22,5%, sendo que em 2004 esse tipo de relação de trabalho representava a maioria das ocupações agrícolas no meio rural com 31,3%, sendo que os ocupados agrícolas urbanos nessa condição são apenas 11,2% em 2008.

As ocupações autônomas ocupam papel de destaque entre a população envolvida na agricultura, seja no ambiente urbano ou no rural, dado que as mesmas representam ampla maioria entre as formas de ocupação para ambos os meios, como se visualiza na tabela 2.

Dada essas características, nota-se que a realidade da maioria dos ocupados agrícolas é marcada por indícios de atraso e precarização que ajudam a manter um conglomerado de trabalhadores subocupados que, dada uma oportunidade, migram espacialmente do “rural” para o “urbano” e/ou setorialmente do “agrícola” para o “não agrícola”.

Na análise dos resultados das condições de trabalho da população ocupada, observa-se o rendimento médio mensal, para 2004 e 2008. Destaca-se a desigualdade de rendimento entre o trabalho agrícola e não agrícola, principalmente entre as áreas urbanas e rurais, onde o rendimento médio dos trabalhadores desse último grupo corresponde a apenas cerca de 20%

do rendimento dos trabalhadores do primeiro grupo, no ano de 2008. Denota-se, também, o crescimento da remuneração média dos ocupados em todos os grupos, com destaque para a expansão do rendimento do grupamento não agrícola em detrimento ao setor agrícola. Essa forte expansão tem como explicação o crescimento real dos salários entre 2004 e 2008, que dada a pequena dimensão da remuneração média desses grupos, causou um forte aumento relativo, como demonstrado na tabela 2.

Percebe-se que em 2008 houve um significativo distanciamento entre o rendimento médio dos ocupados agrícolas e não agrícolas no meio rural; conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades não agrícolas em regiões rurais tornou-se mais atrativa e contribuiu para que as populações dessas áreas aumentassem seu rendimento e, por conseguinte, seu bem-estar a partir das melhores condições do rendimento do trabalho não agrícola. No meio urbano, o menor rendimento da atividade agrícola torna a mesma menos atraente para as populações urbanas, muito embora essa diferença tenha se reduzido fortemente nos anos em estudo. Essas constatações abrem margem para a continuidade de antigos dilemas do meio rural, como a êxodo campo-cidade e para novos desafios com o êxodo agrícola-não agrícola.

Tabela 2  
População ocupada Agrícola segundo Situação na Ocupação e condição domiciliar – Nordeste

Situação na Ocupação	2004				2008			
	URBANO		RURAL		URBANO		RURAL	
Empregado com carteira	148.933	6,9%	198.116	3,3%	171.467	9,0%	234.408	4,1%
Empregado sem carteira	498.025	23,1%	1.025.426	17,0%	411.431	21,7%	965.292	17,0%
Conta própria	660.520	30,6%	1.770.906	29,3%	550.158	29,0%	1.456.803	25,7%
Empregador	75.491	3,5%	109.584	1,8%	55.298	2,9%	113.807	2,0%
Trab. próprio consumo	412.345	19,1%	1.047.071	17,3%	495.332	26,1%	1.625.314	28,7%
Não remunerado	365.047	16,9%	1.894.143	31,3%	211.298	11,2%	1.275.904	22,5%
<b>TOTAL</b>	<b>2.160.361</b>	<b>100%</b>	<b>6.045.246</b>	<b>100%</b>	<b>1.894.984</b>	<b>100%</b>	<b>5.671.528</b>	<b>100%</b>

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Com o propósito de medir o padrão de assimetria da renda agrícola e não agrícola da população ocupada no Nordeste, ou seja, verificar a desigualdade da distribuição de rendimentos entre a população ocupada segundo condição de moradia e atividade, utiliza-se o coeficiente de Gini, para os anos de 2004 e 2008. Com base nesse indicador, verifica-se a elevada concentração da renda agrícola, seja no meio rural ou urbano (Tabela 3) refletindo as condições da estrutura agropecuária, onde as possibilidades de acesso aos meios de produção, sobretudo a terra, são relativamente menores, contribuindo para níveis de distribuição de renda mais desiguais, permitindo a existência de mercados de trabalho com estruturas ocupacionais muito heterogêneas e elevados diferenciais de salários.

As atividades não agrícolas possuem um padrão de rendimento relativamente melhor distribuído, num indicativo que os níveis de salários e rendimentos não agrícolas são particularmente homogêneos nesses segmentos. Observa-se, ainda, uma tendência no sentido de melhorar a distribuição de rendimento no meio urbano, situação oposta ao meio rural que está se tornando mais desigual em termos de distribuição de rendimentos, principalmente o setor agrícola rural, com o crescimento de 39,7% no coeficiente de Gini.

Tabela 3  
Rendimento médio mensal e Coeficiente de Gini da População Ocupada Segundo Condição de Moradia e Atividade – Nordeste

Zona	Rendimento Médio Mensal		Taxa	Coeficiente		Taxa
	2004	2008	crescimento	de Gini	de Gini	crescimento
			(%)	2004	2008	(%)
<b>URBANA</b>						
Agrícolas	R\$ 152,64	R\$ 237,88	55,8	0,4176	0,4455	6,7
Não Agrícolas	R\$ 494,01	R\$ 735,38	48,9	0,0799	0,0437	-45,3
<b>RURAL</b>						
Agrícolas	R\$ 101,12	R\$ 145,00	43,4	0,5306	0,7412	39,7
Não Agrícolas	R\$ 233,20	R\$ 395,28	69,5	0,1491	0,1063	-28,7

Fonte: PNAD 2004 e 2008 (Microdados), elaboração própria.

Um processo oposto ocorre nos setores não agrícolas, seja rural ou urbano, onde se registra expressiva redução do coeficiente de Gini, principalmente na renda não agrícola urbana, apresentado um padrão de distribuição mais equilibrado em relação à renda rural agrícola. Isso mostra que os trabalhadores rurais que conseguem se engajar em atividades ligadas a outros setores, que não a agropecuária, possuem uma realidade bem diferente em relação aos demais trabalhadores rurais, porém ocupados em atividades primárias.

#### 4 Conclusões

O estudo mostra que as atividades não agrícolas ganham cada vez mais espaço em áreas que antes eram compreendidas como sinônimo de essencialmente agrícolas, conferindo uma nova dinâmica às relações campo-cidade. Novos grupos de indivíduos, com características bastante distintas das tradicionais, emergem como fruto dessas alterações vivenciadas pela agricultura e reinserem-se no mercado de trabalho em áreas não necessariamente agrícolas. As evidências mostram que as clássicas migrações do campo para a cidade estão, aos poucos, arrefecendo-se e em seu lugar novas formas de migrações estão se ampliando e se consolidando dentro da nova ótica das relações laborais e, portanto, do novo

rural. Desse modo, as “migrações setoriais” estão na linha de frente dos novos rumos tomados pelo mercado de trabalho agrícola.

No entanto, é importante notar que isso não significa o desaparecimento das atividades agrícolas ou a perda da identidade rural, pois mesmo com um processo de urbanização extensiva em curso, as atividades agrícolas ainda apresentam uma notável dinâmica nos espaços rurais, com o crescimento do emprego agrícola nos mesmos.

O processo de expansão das ocupações, antes ditas como exclusivamente urbanas, sobre os espaços rurais do Nordeste, significa uma possibilidade para os trabalhadores residentes no campo de auferirem novas formas, principais ou complementares, de obtenção de renda essencialmente não agrícolas, conferindo às áreas rurais nordestinas um caráter de pluriatividade. Nesse quadro, os setores de prestação de serviços e a indústria aparecem como os que mais absorvem mão de obra rural, em postos que exigem pouca qualificação profissional.

## 5 Referências

- BALSADI, Otávio Valentim; SILVA, José Francisco Graziano da . A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.
- CAMPOLINA, Bernardo; Silveira, Fernando Gaiger. O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SEP/UFPB, 2008.
- CARNEIRO, Maria. Ruralidade: novas identidades em construção, 2009. In: **Revista Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 1998.
- CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA - Petrolina-PE. **Revista Ideas. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.324-361, jul/dez, 2009
- DEL GROSSI, M.E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995**. Campinas - SPIE/Unicamp,1999. (Tese de Doutorado).
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Electrônica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Universidad Barcelona. Vol. X, n. 218 (03), 2006.
- SILVA, José Francisco Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Seminário La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI\* PREALC/OIT. Santiago - Chile, 1992.

LAURENTI, A.C. **A terceirização na agricultura - a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense.** Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado).

LOCATEL, Celso. **Agricultura e ruralidade: uma abordagem.** Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. 2004 (tese de doutorado).

MOREIRA, Ivan Targino. Emprego e remuneração na agricultura paraibana: uma visão do censo demográfico de 2000. **1º Workshop ESTUDOS EM TRABALHO.** João Pessoa: UFPB, 2003.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos Padrões de Localização Industrial?** Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Brasília, março de 1999, (Texto para discussão Nº 633).

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In: MORETTO, A.; KREIN, José D.; POCHMANN, Márcio.; JÚNIOR MACAMBIRA (orgs). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil.** 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/ BNB, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. Agricultura e Novas Formas de Ocupação na Meio Rural: um estudo sobre as tendências recentes. **Parcerias Estratégias,** Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centro-americano. **Revista de la CEPAL,** 62: 75-90, 1997.